

***RELATÓRIO DE  
GESTÃO  
E  
CONTAS  
2007***

## **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO ANO 2007**

Exmos. Senhores Associados

Nos termos da alínea c), do nº 4, do artigo 8º dos Estatutos da Associação Portuguesa dos Industriais de Pirotecnia e Explosivos, vem a Direcção submeter à apreciação da Assembleia-geral o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

### **1 - INTRODUÇÃO**

As permanentes alternâncias de responsável do Departamento de Armas e Explosivos da PSP (DEPAEXP) e o vazio de vários meses, que se seguiu até que o novo Director assumisse funções, conjugado com as alterações orgânicas do próprio DEPAEXP e as diferentes interpretações da lei impostas internamente ao departamento por três Directores que por lá marcaram num curto espaço de tempo, levou a avanços e recuos na tomada de decisões e, em termos reais, a uma estagnação dos processos de construção ou remodelação para a renovação de alvarás e licenças das oficinas pirotécnicas, estanqueiros e fábricas de explosivos.

Na realidade durante o ano 2007 não foram emitidas quaisquer alvarás e licenças de fabrico e armazenagem para estabelecimentos em remodelação ou para projecto de construções novas.

Esta situação tem sido catastrófica para todo o sector de pirotecnia e explosivos, que para além de impedir as empresas de se adaptarem às exigências da legislação em vigor, as impossibilita de avançar quanto ao seu desenvolvimento económico e tecnológico, com consequências económico-financeiras, e até de segurança, graves para todo o sector.

A este cenário desfavorável para a nossa indústria e comércio, por indefinição das interpretações dos regulamentos, acresce a situação criada com o impasse gerado pelo DEPAEXP, ao suspender a laboração de uma grande parte das empresas do sector sem possuir a necessária capacidade de responder, em tempo útil, ao controlo das situações e aos processos de remodelação ou de construções de novas unidades fabris e de armazenagem, criando o sentimento de impunidade que, aparentemente motiva os empresários para uma “falsa normalidade” e os leva a cometerem irregularidades, por vezes graves, as quais têm sido punidas veementemente pela fiscalização, gerando desconfiança nas instituições e mal estar no seio da indústria.

## **2 - ACTIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO**

### **➤ RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

No campo das relações institucionais a APIPE tem apostado, com bastante êxito, na conquista de um lugar de parceria com as entidades públicas e privadas, com o firme propósito de estar presente na análise e discussão de todos os assuntos que a nós interessam.

Neste capítulo da imagem e reconhecimento da APIPE como parceiro de diálogo com os referidos organismos ou entidades, tem sido importante para o contacto permanente com diversas instituições, nomeadamente com o Governo, com a Direcção Nacional da PSP.

A visibilidade conquistada pela APIPE nos últimos três anos, fruto das iniciativas públicas que temos vindo a tomar, com a intervenção sistemática e adequada quer junto do Governo e das Autoridades Administrativas e mesmo dos meios de comunicação social, sempre que estão em causa interesses do sector, levou a que a nossa Associação seja, actualmente, considerada um parceiro regular na análise e discussão dos assuntos que dizem respeito à pirotecnia e aos explosivos.

Assim, apesar de algum vazio e a consequente “incapacidade” de tomar decisões no DEPAEXP, o relacionamento com esta entidade e com o Ministério da Administração Interna foi constante durante todo o ano, o que nos permitiu sensibilizar estas entidades para a necessidade da tomada de decisão sobre os processos em curso e definir critérios de aplicação uniformes na interpretação dos diversos regulamentos, de forma evitar maiores perdas para o sector.

Da parte dos responsáveis do DEPAEXP, mas especialmente do Senhor Secretário Adjunto da Administração Interna Dr. José Magalhães (já fora da nossa esfera de actuação) foi mostrado todo o interesse em acelerar a resolução dos problemas do a nível nacional, com especial ênfase para a necessidade de controlo e segurança da utilização dos artigos de pirotecnia e dos explosivos.

Neste contexto foram efectuadas **várias reuniões conjuntas entre os industriais, o MAI e a PSP**, no sentido de trabalhar em duas vertentes:

- Uma, a curto prazo para a resolução de problemas processuais que se prendam com meras dificuldades de interpretação e entendimento ou outras com possível solução na lei actualmente em vigor;
- Uma outra, a médio prazo para a criação de um quadro legal abrangente e coerente para harmonizar a legislação portuguesa e as normas internacionais.

Para este efeito, foi nomeado um **Grupo de Trabalho para a Área dos Explosivos**, por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna, que visa acompanhar, interpretar e sugerir alterações ao actual quadro legal na área dos explosivos e da pirotecnia.

As reuniões do Grupo de Trabalho Explosivos têm uma periodicidade mensal e dele fazem parte a APIPE, através do Presidente da Direcção Dr. Carlos Macedo e o Responsável do Gabinete de Apoio Técnico, Eng<sup>o</sup> Manuel Rodrigues, além de

representantes do PSP, da GNR, do MAI, do Ministério da Economia e de outras Associações Empresariais ligadas aos explosivos.

Em 2007 foi reactivada a **Comissão Técnica de Normalização CT125**. Neste grupo de trabalho ao nível europeu a APIPE participa com quatro elementos: Eng<sup>o</sup> Manuel Rodrigues, coordenador do Grupo Pirotecnia, Eng<sup>a</sup> Ana Fernandes, Nuno Costa e Mateus Vieira.

Quanto á **Comissão dos Explosivos** esta ficou esvaziada de matéria de análise, tendo entrado num impasse. Esta entidade, na qual a APIPE está representada, já não reúne há cerca de dois anos e foi-nos informado pelo MAI que será extinta em breve.

Durante o ano foi reforçada a colaboração com outras Associações congéneres, com vista à defesa de interesses comuns junto do governo e da Comunidade Europeia, com especial destaque para a defesa dos interesses dos nossos associados, nomeadamente na Comissão Técnica de Normalização, através de CT125 e no Grupo de Trabalho sobre Explosivos.

A APIPE tem, também, trabalhado com outras associações na discussão e apresentação de matérias de interesse para o sector. Nomeadamente, formação durante à GNR e apresentação de um trabalho sobre Formação Profissional e Ambiente, num Workshop realizado na Universidade de Coimbra, orientado pela AP3E.

### ➤ **LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO**

Tal como atrás foi referido a criação do Grupo de Trabalho no âmbito dos Explosivos, sob a alçada do MAI e coordenado pela PSP, onde a APIPE está representada com dois elementos, está a trabalhar na resolução de alguns problemas relacionados com a actual legislação em vigor, quer sobre os regulamentos de segurança dos estabelecimentos de fabrico e armazenagem de explosivos e pirotecnia, quer sobre os

regulamentos de utilização dos artigos pirotécnicos, quer ainda sobre aspectos relacionados com os processos existentes no DEPAEXP.

A médio prazo este Grupo de Trabalho irá trabalhar também na preparação de futura legislação com vista à harmonização da lei portuguesa com regras e normas internacionais, como sejam as Directivas Comunitárias e o ADR 2007, com vista a relançar a produção de vários regulamentos necessários à normalização dos vários aspectos relacionados com a nossa actividade, como tem sido referência constante do Senhor Secretário de Estado da Administração Interna nas reuniões havidas, nomeadamente, alterações na área do fabrico, transporte, comercialização e catalogação de produtos explosivos.

A APIPE apresentou, recentemente, ao senhor Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, no âmbito do Grupo de Trabalho, uma proposta sobre a necessidade de harmonizar a legislação actual nacional e comunitária com as instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos, assunto que se encontra em agenda para próximas reuniões. Temos, também, já preparado um conjunto de sugestões, de possível rápida decisão, para facilitar a aplicação dos regulamentos existentes, nomeadamente a necessidade do esclarecimento e interpretação de muitos aspectos conflituantes entre os diversos diplomas legais em vigor, nomeadamente sobre o DL 139/2002 e o DL 87/2005.

### **Licenciamento de espectáculos pirotécnicos**

Especificando, no que respeita às Instruções Sobre a Utilização de Artigos pirotécnicos, adoptadas pela PSP e impostas no final do Verão passado ao sector da pirotecnia, a APIPE manifestou-se contra as mesmas, por duas principais razões:

- Primeiro, porque, em nosso entender, impõe-se regular esta matéria mas, em termos de lei, num corpo coerente de regulamentação legal deste sector de actividade económica, que harmonize a disciplina jurídica aplicável aos diversos aspectos da pirotecnia, e

- Segundo, porque o documento ISUAP não se limita a esclarecer ou instruir a interpretação da lei vigente, mas assume matéria não legislada que deverá ser regulada por lei e não o é, actualmente, nomeadamente não define critérios que o próprio documento refere como necessários à sua aplicação.

Da nossa discordância quanto a estas Normas emanadas da PSP, a APIPE deu conta ao DEPAEXP, ainda na fase de discussão das mesmas, fazendo o mesmo após a sua aprovação, quer perante o DEPAEXP, quer em reunião com o Senhor Secretário Adjunto da Administração Interna Dr. José Magalhães.

#### ➤ **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

O 2007 foi um ano de continuidade na aposta na formação profissional, apesar da falta de verbas disponíveis e da inexistência de apoios para a formação profissional.

Face à procura por parte dos associados, foram programados 4 edições para o **Curso de Condutores de Veículo de Transporte de Explosivos**, dos quais apenas se realizaram 2, **um em Fafe e um na Batalha**.

Infelizmente, os outros dois cursos programados não puderam ser executados por falta de interessados, tendo sido prejudicados 3 associados que pretendiam a formação, pois não houve candidatos em número suficiente para completar as outras turmas (15 formandos).

Durante o ano 2007 foi efectuado um **protocolo com a GNR** para a realização de vários cursos práticos ministrados pela APIPE a militares daquela força, que foram realizados durante quase todo o ano. Foram realizadas 8 acções de formação de Abril a Outubro, realizadas em diversas localidades (Queluz, Lisboa, Évora, Coimbra e Porto), cuja temática versou essencialmente sobre definições, classificação, identificação, transporte, armazenagem e emprego de artifícios pirotécnicos e explosivos e aspectos regulamentares da actividade.

## ➤ **ASSOCIADOS**

Como vem sendo prática nesta Direcção continuamos a apoiar todos os Associados, que recorreram aos serviços da **APIPE** – jurídicos ou técnicos -, na resolução dos seus problemas particulares, quer no esclarecimento sobre as regras de licenciamento das queimas de fogo de artifício, quer na preparação dos respectivos dossiers, para a renovação dos alvarás e cartas de estanqueiro, nomeadamente, com visitas, sempre que solicitadas, às suas instalações, para avaliar as alterações pretendidas ou para sugerir alterações com vista ao cumprimento dos regulamentos, bem como no acompanhamento dos seus processos junto do DEPAEXP.

Perante as dificuldades particulares de cada associado a Direcção e Assessoria Jurídica e Técnica da APIPE, sempre que solicitada, tem procurado aconselhar e acompanhar os problemas dos associados através da Direcção e dos Gabinetes de assessoria.

Sobre nós, industriais de pirotecnia e explosivos, não podemos aqui abster-nos de ensaiar um olhar para dentro da nossa associação e notar que, nesta fase em que os industriais se deveriam mostrar mais unidos para mostrar FORÇA e, numa altura em que a APIPE tem a funcionar vários grupos de trabalho em diferentes frentes, nomeadamente:

- Politicamente, junto do Ministério da Administração Interna e do DEPAEXP da PSP
- Tecnicamente, com um Gabinete Jurídico e um Gabinete Técnico de apoio aos associados,
- Em Formação profissional, para associados com cursos de ADR, já realizados e outros cursos técnicos em perspectiva,
- Noutras vertentes da formação profissional externa,
- Na Normalização Técnica Europeia de produtos e artigos pirotécnicos, em que o coordenador para a área da pirotecnia é o Sr. Engº Manuel Rodrigues,

- Numa altura em que a APIPE é chamada a dar opinião sobre os assuntos que respeitam ao sector, é, nesta fase, que sentimos o indiferença dos nossos associados e a divisão de esforços, quando os mesmos deveriam estar centrados em torno de um objectivo comum, o bem do sector da pirotecnia e dos explosivos, para conseguirmos o melhor para todos e para cada empresa.

Certamente, a desmotivação será passageira e esperamos que à medida que os processos de cada um dos associados venham a ter despacho junto do DEPAEXP, iremos voltar a sentir a união de todos em torno da APIPE, para o bem do nosso sector.

Até lá, contem como sempre com o nosso apoio, e sobretudo, com o apoio dos nossos técnicos para acompanhar os vossos processos junto da PSP e tirar as dúvidas que vos assolam.

### **Gabinete Jurídico**

À semelhança dos anos anteriores o Advogado da APIPE teve um papel muito importante como consultor jurídico da APIPE e dos nossos Associados, bem como na assessoria da Direcção, nas relações com as autoridades e com o governo, participando activamente, quer nas reuniões, quer na elaboração dos documentos e das propostas apresentados pela nossa Associação às entidades oficiais ou nos esclarecimentos aos associados.

### **Gabinete de Assessoria Técnica**

O ano 2007 foi um ano particularmente activo para o Gabinete de Apoio Técnico da APIPE (GAT). Para além do acompanhamento de diversos processos de associados e dos serviços de consultoria técnica.

A actividade do GAT centrou-se na análise e apresentação de novos processos de licenciamento e de remodelação de estabelecimentos de pirotecnia e explosivos, requeridos por associados, também no acompanhamento técnico da Direcção em reuniões de cariz oficial e, mesmo, na representação da APIPE em comissões técnicas de preparação de futuros normativos.

Das acções de apoio técnico destacam-se:

- Estudo e emissão de comentários sobre o projecto de Instrução Técnica elaborado pelo DEPAEX da PSP, sobre a utilização de fogos de artifício,
- Formação profissional ministrada à GNR,
- Acções de apoio técnico, envolvendo, estudos, com elaboração de projectos de implantação e de planificação da produção de estabelecimentos de fabrico e armazenagem.
- Acompanhamento junto do DEPAEX, da evolução de diversos assuntos referentes a associados da APIPE.
- Preparação de acções de formação para associados, a realizar em 2008, e a ministrar ao CIESS da PSP, com início previsto para Maio próximo.

No âmbito do GAT continua em vigor o acordo com a empresa “XZ Consultores” para a elaboração dos documentos e manuais necessários a dar cumprimento à documentação exigida pelo DL 139/2002, a saber:

- Manual de segurança
- Plano de Segurança
- Plano de emergência interno
- Estudo de segurança

## **2 - BALANÇO E CONTAS**

### **➤ RESULTADOS**

As contas do exercício de 2007 apresentam um saldo de 21.777,23€, sendo o total de proveitos contabilizados de 64.083,70€, dos quais 4.900,00€ são serviços prestados aos associados, sendo ainda que 17.683,60€ recebimentos relativos aos cursos ADR ministrados, 40.700,00€ quotas debitadas aos associados (nota: não são recebimentos) e 800,00€ de outras receitas.

Os custos totais do ano são 42.306,47€, dos quais 16.836,00€ são custos com a formação ADR, 9,08€ custos de escritório, 355,81€ custos de correios, 2.057,15€ custos de aluguer de salas e com reuniões e assembleias gerais, 2.412,55€ são custos com deslocações a reuniões oficiais, 10.890,00€ custos com o GAT e 3.903,46€ são custos com advogado, estas duas verbas com IVA incluído. Os restantes custos respeitam a trabalhos de tipografia, manutenção do site da Internet, despesas de contabilidade e pequenas despesas e regularizações contabilísticas.

Foram registados como perdidas as quotas em dívida de associados cujas empresas foram extintas ou desapareceram valor de 3.280,65€.

### **➤ BALANÇO CONTABILÍSTICO**

#### **Tesouraria**

Os valores em caixa são de 266,68€, em dinheiro e os valores em bancos são de 6.569,91€, que deverão ser deduzidos de 4.293,76€, valor dos cheques já emitidos e ainda não descontados em conta à ordem, o que faz um saldo disponível de 2.276,15€.

#### **Débitos e créditos**

À data de 31 de Dezembro de 2007 as quotas de associados em débito totalizavam 71.959,85€ e os débitos de serviços prestados aos associados eram de 2.873,87€.

As quotas em débito respeitantes a 2007 são 26.950€, os débitos de anos até 2006 ascendem a 31.774€, existindo dívidas já vencidas à mais de 5 anos.

Existem débitos à APIPE de serviços prestados aos associados no valor de 2.873,59€.

Aos fornecedores deve-se a quantia de 3.810,00€ em conta corrente, dos quais 3.810,00 ao advogado e 552,62 à empresa de contabilidade Auditâmega, Lda., parte em cheques já emitidos e não enviados.

Existe ainda um crédito sobre o estado no valor de 2.710,55€.

### **Imobilizado**

O bem imobilizado da Associação respeita a um computador portátil, desactivado à mais de 5 anos, por obsoleto, cujo valor de aquisição foi de 2.509,45€ e se encontra todo amortizado.

### **Proposta de aplicação dos resultados**

Propõe-se que os resultados líquidos no valor de 21.777,23€, transitem para os próximos exercícios.

## **4 - FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

- Foram negociados com a entidade formadora AGITO dois cursos ADR – Explosivos com realização prevista para, o primeiro para iniciar em 31 de Março e o segundo para finais de Abril. Apesar das inscrições estarem abertas há muito tempo ainda não há inscritos os 15 formandos necessários a realização de uma única acção de formação.
- A acção de formação proposta pela APIPE ao CIESS – Corpo de Inactivação de Engenheiros Explosivos e Segurança no Subsolo, da PSP foi aceite e tem início previsto para Maio. Esta formação será ministrada por técnicos da APIPE.
- Iniciou-se o processo de actualização de ficheiros de associados da APIPE e as negociações para a concretização de um acordo de seguros para o nosso sector.

- Foi nomeado, este mês, o novo Director Nacional da PSP, cabendo a cargo ao Senhor Superintendente Oliveira Pereira. Esperemos que mais esta alteração de cúpula da PSP não venha atrasar ainda mais os processos pendentes no DEPAEXP.
- Aos associados que solicitaram a demissão da APIPE foi solicitado o pagamento das quotas em atraso e de outros débitos.
- Pagaram as quotas de 2007 alguns associados, pelo que se junta, em anexo, uma lista actualizada das quotas e outros serviços em débito pelos associados da APIPE, com indicação do ano a que respeitam.
- Foi solicitada uma reunião ao Senhor Director Do DEPAEXP para esclarecimento sobre o preenchimento dos mapas de movimento de artigos pirotécnicos e matérias perigosas e para lhe dar conta da insatisfação APIPE pelo facto da PSP estar a dar prioridade à cobrança de multas por factos que em alguns casos já ultrapassaram 8 ou 9 anos, em vez de dar prioridade ao despacho dos processos para que as nossas empresas possam exercer a sua actividade normalmente e poderem organizar-se e desenvolver-se.

## **5 - PERSPECTIVAS FUTURAS**

Cumpre-nos aqui referir, como atrás já foi mencionado, que as actuais preocupações internacionais com a segurança dos explosivos face às permanentes ameaças de terrorismo têm colocado em cima da mesa muitas ideias e projectos de normas que virão restringir e controlar quer produção, quer a circulação e aplicação de pirotecnia e explosivos.

Assim, além da já conhecida Directiva Comunitária sobre a colocação no mercado de produtos pirotécnicos aprovada no Parlamento Europeu e da Directiva sobre os Explosivos é de esperar legislação portuguesa e internacional cada vez mais restritiva, com vista ao controlo dos explosivos e matérias perigosas. A Directiva sobre produtos pirotécnicos vai ser transposta para a legislação dos países membros da EU dentro de poucos tempo (entenda-se anos).

O ADR 2007 está aí aprovado e com regras de classificação de produtos pirotécnicos muito apertadas, que vão ter reflexos importantíssimos, não só nos transportes, mas, também no armazenamento e até nos estabelecimentos de fabrico.

## **6 – NOTA FINAL**

Cumpre-nos aqui louvar o esforço da maior parte dos nossos industriais e comerciantes que, apesar de todas as adversidades administrativas, não pouparam esforços para dar cumprimento ao estipulado na legislação, quer relativa aos estabelecimentos, quer relativa ao licenciamento de espectáculos, nomeadamente, com investimentos avultados em terrenos e em condições de segurança das suas instalações, num caso, e adaptação dos seus produtos pirotécnicos às novas condições de utilização, noutros casos.

Quanto à Tesouraria da associação existem associados na APIPE que não cumprem com os seus deveres financeiros de sócio há vários anos, dando as mais variadas e extraordinárias justificações para o adiamento do pagamento dos seus débitos, pelo que aqui fica o apelo a todos para regularizarem a sua situação perante a APIPE. Pois, **só com o contributo de todos poderemos ter uma Associação forte e só com força poderemos fazer valer as nossas opiniões e defender os nossos interesses.**

Esperamos que a maior parte daqueles que neste momento não têm, de imediato, condições de laboração, mas estão empenhados em dar cumprimento aos preceitos legais, estejam num curto espaço de tempo a retomar a sua normal actividade profissional. No que nos for possível poderão contar com a Direcção da APIPE e com os nossos técnicos.

Povoa de Lanhoso, 6 de Março de 2007

A Direcção